

PENSAR COM FOUCAULT¹: HISTÓRIA, SUJEITO E DISCURSO

Ederson Luís Silveira²

RESUMO: No final dos anos 1960, havia a análise de Conteúdo como prática norteadora de interpretação de textos. Era papel do analista “decifrar” o texto e extrair dele o sentido oculto, atingindo sua “real” profundidade. Havia a certeza de uma verdade a ser desvendada, desarmando um projeto de significação do texto, revelando aquilo que estava escondido em matéria de significação. Foucault combate esta naturalização de saberes, se opondo às interpretações “evidentes” e contra os essencialismos possibilitados pelo método interpretativo da Análise de Conteúdo. Seus estudos tornaram-se frutíferos com o passar do tempo para a análise dos discursos partindo dos textos para os discursos que constituem textos e sujeitos no decorrer da história, revelada enquanto terreno de descontinuidades.

Palavras-chave: Discursos; Irregularidades; Saberes.

ABSTRACT: In the late 1960s, there was an analysis of content and practical guiding interpretation of texts. Analyst’s role was “decipher” the text and the hidden meaning, reaching their “real” depth. There was the certainty of a truth to be unveiled, disarming a project of significance of the text, revealing what was hidden in terms of signification. Foucault combat this aturalization of knowledges, opposed to the interpretations “evident” and against the essentialisms made possible by the interpretive method of content Analysis. His studies have become fruitful over time for the analysis of speeches from the texts to the speeches which are texts and subjects in the course of the story, revealed while terrain of discontinuities.

Keywords: Speeches; Irregularities; Knowledge.

Tocando o(s) fio(s) de Ariadne: imergindo no universo da dispersão

O homem está preso a uma teia de
significados que ele mesmo teceu.
Max Weber

“O homem é senhor de seu dizer”. Como diria Descartes (1972), se eu penso, existo. Durante muito tempo, a função do estudo científico partia rigorosamente do

¹A expressão que dá nome a este trabalho remete a um livro de Courtine de mesmo título, para quem o uso dos conceitos foucaultianos pode ser “submetido à prova de um trabalho de análise histórica. Sua aposta é clara, para os sujeitos que somos: descobrir a parte de história no cotidiano de nossos corpos, forjar os instrumentos que permitem compreendê-la.” (COURTINE, 2013, p. 09).

² Mestrando em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, graduado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG (RS) e membro do FORMATE - Grupo de Estudos em Territorialidades e Formação Docente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. E-mail: ediliteratus@gmail.com

reconhecimento de que seria necessário alcançar a verdade (sic) do mundo para que ele se revelasse para nós através da racionalidade. Frases e perspectivas como as que foram mencionadas anteriormente foram (e ainda são de certo modo) levadas em consideração em várias correntes científicas que defendem a busca pelas “verdades” do sujeito, da humanidade como um todo, da história, etc. Durante muito tempo, as ciências humanas, tal como as ciências naturais e exatas, permearam-se pela busca daquilo que caracterizava a objetividade máxima do rigor formal na ciência: a busca da verdade.

Dessa forma, para que o homem afirmasse sua posição superior em relação aos outros animais, tornou-se frequente, durante algum tempo, o reconhecimento de sua capacidade de pensar como fonte para interpretações “infalíveis” de conhecimento. Porém, para a ciência positivista, aquela sempre em busca de verdades universais, torna-se necessário se livrar de tudo o que não diga respeito ao terreno da continuidade, da linearidade, da homogeneização de saberes para determinado fim para alcançar seu intento de afirmação da racionalidade. Contrários a isso, há muitos pensadores que entram em desacordo com a suposta supremacia da razão enquanto ferramenta satisfatória para interpretar o mundo que nos rodeia.

Em sua crítica da razão pura, Kant (2001) reflete sobre este modo de sobrepujar a razão e colocar o homem enquanto sujeito que tudo pode descobrir através dela. Afirma que o homem não pode conhecer a verdade de todas as coisas, mas simplesmente as coisas tais como elas lhe são mostradas por meio de suas faculdades de conhecimento, por meio de sua percepção e entendimento. Assim como Copérnico que “tirou” a Terra do centro do universo, Kant mostra as limitações da razão humana e critica a presunção de querer se apoderar dos sentidos “verdadeiros” das coisas através da razão. Galileu (que defendeu como verdade e não como hipótese a teoria de que os planetas que giram em torno do sol, opondo-se à Igreja), Darwin (temos um ancestral comum com outros primatas, herdando pequenas modificações e estando em contínuo estado de transformação evolutiva) e Freud poderiam somar-se a estes (só para citar alguns nomes) que feriram o narcisismo humano. Dentre estes, sobretudo Kant (2001) e Freud (2006) revelam os limites da razão humana.

A partir da psicanálise, podemos dizer que há “algo” de que não temos consciência que influencia nosso modo de ser e o nosso comportamento, por exemplo. Neste sentido, para Freud (2006), o inconsciente contém todas as nossas experiências

acerca da realidade ao mesmo tempo em que se encontra fora de nossa percepção e controle. Por isso dizemos que a razão tem limites, porque depende de nossas experiências: Para Kant, o homem não pode conhecer senão o que ele pode conhecer. Já que para este autor

A razão humana, num determinado domínio dos seus conhecimentos, possui o singular destino de se ver atormentada por questões que não pode evitar, pois lhe são impostas pela sua natureza, mas às quais também não pode dar resposta por ultrapassarem completamente suas possibilidades. (KANT, 2001, p.3)

(segundo Kant) primeiro é preciso que ele (o homem) possa perceber um objeto, em seguida que possa analisá-lo em sua relação com os outros objetos percebidos. Nossas faculdades humanas são limitadas: não percebemos tudo, não podemos compreender tudo. (PÉPIN, 2011, p. 168)

Aqui cabe uma ressalva: não estamos defendendo a ideia de um mundo em que existissem verdades absolutas e modelares, inacessíveis aos homens através da razão, como propôs Platão, aqui ressaltamos o redirecionamento da ciência quando se questionam valores positivistas que enclausuravam o pensamento em busca de universais e de linearização de fatos verificáveis. Situamos, pois, a proposta do presente estudo reflexivo sobre uma inflexão, a inclinação sobre o ser humano e seu pensamento e sobre os modos de significação e produção de sentido para lançar luzes aos estudos do discurso. A partir daí, então, objetivamos situar a obra de Foucault no que concerne à contribuição das discontinuidades enquanto reveladoras da complexidade inerente ao fazer científico na atualidade.

Muitos pensadores revelaram-se problematizadores da supervalorização da razão como possibilitadora de conhecimentos “verdadeiros” e Foucault foi um deles. Contra os essencialismos da pesquisa científica, principalmente em relação à história como terreno de linearidades estanques, atacou regras, propôs a reformulação de pensamentos e defendeu a legitimação da discontinuidade como genuinamente científica e passível de contribuir para o fazer científico. Sua arqueologia, enquanto investigação daquilo que torna necessária determinada forma de pensamento, implica em uma escavação de camadas do pensamento inconscientemente organizadas. De acordo com Horrocks & Jevtic (2013, p 64),

diferentemente de uma história das ideias, ele não afirma que o pensamento se acumula rumo a alguma conclusão histórica. A arqueologia ignora os indivíduos e suas histórias. Ela prefere escavar estruturas impessoais de conhecimento.

Dessa forma, não se trata de perceber intencionalidades do dizer, mas de que forma os discursos, tais como a medicina, se revelam enquanto práticas que constituem os objetos a que se referem. Conforme Foucault (2008), os enunciados têm uma historicidade e suas margens são povoadas de outros enunciados constituindo rede entre eles. Essas relações não podem ser simplificadas reduzindo-se a uma sucessão linear de ocorrências, pois os modos de perceber a história, no tempo³ de Foucault estavam atrelados à homogeneizadas visões do saber para que fossem traçadas linhas contínuas em busca de um saber universal em várias áreas.

Em contraposição a isso, Foucault vai afirmar que toda história é um documento do passado – com as marcas que ela deixa em nosso presente, por meio de relatos, livros, construções, costumes, etc. Para ele, os documentos não podem ser tratados enquanto tais por causa de sua validade histórica, mas por si mesmos⁴. Se os documentos fossem pensados dessa maneira, estaríamos indubitavelmente nos direcionando a reconstruir a “verdade” da história, como se eles determinassem uma precisão histórica exata inquestionável, desconsiderando terrenos de rupturas que estão por trás da história “oficial”.

Fios que se entrelaçam

Investigando a história a partir de como se estruturou enquanto ciência verificável através de documentos, Foucault institui a necessidade de perceber o documento não como instância que possibilita a verdade irrefutável da memória em relação ao passado construído, mas como monumento.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite a memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (FOUCAULT *apud* LE GOFF, 1996, p. 545)

³Aqui cabe destacar que ainda existem modos de pensar a história, a literatura e os próprios discursos que não abandonaram a ideia de continuidade.

⁴Torna-se aqui necessário deixar claro as implicações desta proposta. Não se trata de perceber os documentos em si mesmos, mas problematizá-los enquanto construção histórica, associados à práticas e discursos de um dado tempo, vinculados a uma dada “ordem do discurso” que possibilitou sua existência, obedecendo regras delimitadas pelo seu tempo, usos e etc. Mais adiante retomaremos esta questão.

Dessa forma, Foucault descobre, de acordo com Rocha (2012, p. 51), o sentido de seu questionamento: “o documento não garante à história uma inocente recuperação da memória.” Por isso que não existe o documento-verdade, conforme acentua Rocha, baseando-se na crítica de Le Goff (1996). A partir daí podemos afirmar que tal como o documento, não existe texto que se proponha a ser texto-verdade. Isso porque todo texto remete ao período em que foi produzido, ao modo como os sistemas de pensamento estava organizado naquele período e também remete às épocas com que o texto dialogou, sendo reinstaurado no universo da significação e mesmo quando estes foram desqualificados de eficácia ou ainda silenciados com o passar do tempo.

A subjetividade do historiador em selecionar este texto e não aquele também auxilia em nossa reflexão sobre (como se foi construindo o discurso sobre a) a história com o passar do tempo. Aqui não há como deixar de considerar a noção de exterioridade, tão cara aos estudos do discurso na atualidade. Pensar em Foucault e nas suas contribuições para os estudos do discurso é pensar de que modo o discurso transcende a materialidade do texto e se instaura no universo de significação. Dessa forma,

Os discursos são uma dispersão no sentido de que são formados por elementos que não são ligados por nenhum princípio de unidade [...] o que permite precisar ainda mais o ponto de partida de *A arqueologia do saber*: a análise de discursos será a descrição de uma dispersão. Mas com que objetivo? Para estabelecer as regularidades que funcionem como lei de dispersão, ou formas sistemas de dispersão entre os elementos do discurso como uma forma de regularidade. Em outras palavras, trata-se de formular regras capazes de reger a formação dos discursos. A essas regras, que são as condições de existência de um discurso, e devem explicar como os discursos aparecem e se distribuem no interior de um conjunto, Foucault chama “regras de formação”. (MACHADO, 2009, p. 146, grifo do autor)

Em Foucault (2007, p. 118), o discurso é tratado como um conjunto de enunciados no interior de um sistema de formação. “Estabelecer as regularidades que funcionem como leis de dispersão” trata-se de reconhecer que não há apenas uma verdade, mas que o fio da história apresenta rupturas que se entrelaçam e se distanciam e é preciso levar isso em consideração na análise dos discursos. O termo “regras de formação” aponta para uma heterogeneidade de discursos e se entrecruzam para que o enunciado possa significar. Desse modo, as formações discursivas relacionam-se com as regras de formação do discurso, conforme Foucault, já que

no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhantes sistemas de dispersão, e no caso em que entre objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações) diremos, por convenção que se trata de uma *formação discursiva* [...]. Chamaremos de *regras de formação* as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas, temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva (FOUCAULT, 2008, p. 43, grifo do autor)

Dessa forma, torna-se necessário, para Foucault (idem), que sejam determinadas as regras de formação dos discursos em seus diversos níveis de aparecimento. Assim, cabe ao analista questionar: como é que surgiu este enunciado e não outro em seu lugar?

Assim como a história aparece negando um *locus amoenus* de significação linear de ocorrências, passa então a ser percebida a partir de uma teia mal tecida e cheia de furos de discursos “sempre a reorganizar-se, ora aparecendo como a verdade a se dizer, ora confundindo-se entre si, prestes a desaparecer para dar lugar a um silenciado dizer que o acontecimento traz a tona” (DE NARDI, 2009, p. 67).

Para lançar luzes ao trabalho do analista, torna-se necessário pensar sobre a natureza do discurso. Em Foucault, o discurso é regulado, pois vive de exclusão e sofre interdições. Ninguém tem o direito de dizer tudo e em qualquer lugar à revelia dos contextos em que estiver situado. Por isso podemos dizer que o discurso é neste autor sujeito a embates entre sujeitos e saberes, e produz significados a partir da materialidade do dito. Dessa forma, os discursos não podem ser vistos como formas de criação espontânea. Sobre isso cabem algumas palavras sobre o sujeito em Foucault.

Só sei que nada sei: a questão do sujeito e do sentido

Primeiramente torna-se necessário diferenciar aqui o sujeito do indivíduo que tem existência individualizada no mundo. Para Fernandes (2008), o sujeito discursivo é sujeito no sentido de integrar uma instância social. Situado no universo social, a partir de lugares determinados coletivamente em relação aos outros sujeitos, ocorre que quando este sujeito enuncia algo, em seu dizer aparecem “resquícios” deste lugar de onde ele fala. Por isso dizemos que o exterior à língua é um elemento caro para os estudos discursivos. Como se viu antes, o discurso não se confunde com o enunciado

(enquanto fala/texto), mas é exterior à língua carecendo da língua para se materializar. Não se trata, portanto, conforme Foucault (2008), da tradução verbal de uma síntese realizada em outro lugar, mas aponta para um lugar em que se deve buscar um campo de regularidade, para diversas posições de subjetividade.

Dessa forma, podemos dizer que o enunciado vai além das intenções do sujeito (apontando para ele e para a história em que ele está situado) e o discurso, enquanto elemento carregado de historicidade, traz a tona outros discursos e um emaranhado de enunciados de outras épocas anteriores a fala do sujeito que enuncia. Por isso não é a análise do sujeito que fala, mas como ele é constituído pelo discurso e como os discursos que o atravessam falam de outros lugares, extrapolando os limites da intencionalidade do falante. Pra Foucault, é preciso levar em conta a unidade e a dispersão no instante da análise:

Trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. (FOUCAULT, 2008, p. 31)

Assim como é preciso perceber a análise dos discursos como análise permeada pela percepção da unidade e dispersão de enunciados no decorrer da história, também é imprescindível, para Foucault perceber o sujeito em sua dispersão. No contexto de “As palavras e as coisas”, por exemplo, perceber a dispersão significa interrogar as condições dentro das quais se tornou possível determinado modo de pensar.

Na Linguística, em parte considerável das teorizações deste campo de estudos, o sujeito, quando considerado, ora é idealizado, ora é sujeito falante, apreendido em um contexto social imediato. Trabalha-se com uma concepção de língua como algo que este sujeito pode apreender e tornar-se usuário, por exemplo. Assim como para perceber a naturezas dos discursos sempre em relação aos outros como em redes infindáveis, pensar o sujeito discursivo foucaultiano requer perceber as vozes que o atravessam, presentes em sua fala. Isso porque, em Foucault (2008), não se trata de perceber o discurso enquanto conjunto de signos (no sentido de serem elementos significantes que remetem a conteúdos ou representações), mas práticas que formam sistematicamente os objetos dos quais falam. Não que os discursos não sejam feitos de signos, mas o que fazem vai além de utilizar estes signos para designar coisas. Isso ocorre porque,

segundo o autor (FOUCAULT, 1993), a arqueologia foucaultiana faz uma análise dos discursos na dimensão de sua exterioridade.

Desse modo, em Foucault (2008), a análise enunciativa supõe que o campo dos enunciados não seja descrito como “tradução” de operações ou processos que se desenvolvem no pensamento humano, na consciência dos homens, no inconsciente ou no âmbito das constituições transcendentais. Também o autor considera que o domínio enunciativo não se refere a um sujeito individual, nem a uma consciência coletiva ou subjetividade transcendental. Trata-se de um campo autônomo cuja configuração define a posição dos sujeitos-que-falam. Dessa forma, de acordo com ROCHA (2012), não importa quem fala, mas o que é dito e isso não ocorre de qualquer lugar, é percebido através do jogo de uma exterioridade. Assim,

A análise enunciativa- análise dos enunciados e das formações discursivas-pretende determinar o princípio segundo o qual puderam aparecer os únicos conjuntos significantes que foram enunciados. Procurando estabelecer uma lei de raridade, a análise enunciativa, diferentemente da descrição histórica, busca restituir os enunciados à sua pura dispersão, considerando-os em sua descontinuidade e apreendendo sua própria irrupção no lugar e no momento em que se produziram; ou seja, apreendendo sua incidência de acontecimento. [...] Descrever enunciados é apreendê-los como figuras lacunares e retalhadas (e não como totalidades fechadas), segundo a dispersão de uma exterioridade (e não em referência à interioridade de uma intenção, de um pensamento ou de um sujeito), com o objetivo de aí reencontrar formas específicas de um acúmulo (e não para reencontrar o momento ou a marca da origem). (ROCHA, 2012, pp. 58-59)

No capítulo sobre o “Enunciado e o arquivo” (n’Arqueologia do saber), mais especificamente, no final do item “O *a priori* histórico e o arquivo” Foucault (2008, p. 151) afirma:

O diagnóstico assim entendido não estabelece a autenticação de nossa identidade pelo jogo das distinções. Ele estabelece que somos diferença, que nossa razão é a diferença dos discursos, nossa história a diferença dos tempos, nosso eu a diferença das máscaras. Que a diferença, longe de ser origem esquecida e recoberta, é a dispersão que somos e que fazemos.

Assim, a questão da identidade do sujeito apresenta-se sob o viés da dispersão. “Dessa forma, sujeito e sentido devem ser observados a partir das ocorrências linguístico-discursivas, uma vez que os enunciados apontam para posições-sujeito” (FERNANDES, 2008, p. 34).

Sobre as posições-sujeito, podemos dizer que estão relacionadas à natureza do discurso: um enunciado, para Foucault não consiste em analisar relações entre o autor e o dito. Assim, consiste em determinar a posição que todo indivíduo pode e deve ocupar para ser sujeito deste enunciado. É por isso que podemos afirmar que o sujeito enquanto posição-sujeito encontra-se inserido em uma formação discursiva como paciente no discurso médico. Dessa maneira,

[o sujeito do enunciado] é um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes; mas este lugar, em vez de ser definido de uma vez por todas e de se manter uniforme ao longo de um texto, de um livro ou de uma obra, varia – ou melhor, ele é bastante variável para poder perseverar, idêntico a si mesmo, através de várias fases, bem como se modificar a cada uma. (FOUCAULT, 2009, p.119)

A ideia do sujeito enquanto posição desfaz a ilusão que atribui ao sujeito uma realidade “palpável”, substancial. Uma visão parecida sobre este fenômeno podemos encontrar, por exemplo, em Agamben (2007, p. 63), para quem “o sujeito é o resultado do encontro e do corpo a corpo com os dispositivos em que foi posto e se pôs em jogo”.

Finalmente, podemos ainda em relação ao sujeito revelar que se uma corrente científica se apoia na definição de sujeito enquanto origem do dizer estaria se pensando em um sujeito que controla o alcance do dito e para quem a intencionalidade é fundante dos sentidos produzidos através da enunciação. Nestas vertentes, tem-se muito claro que o sentido daquilo que diz é transparente para aquele que enuncia. No entanto, como quer Foucault, se o sujeito for tomado como efeito produzido pela linguagem, muda-se o modo de perceber como são produzidos os sentidos que não lhe são transparentes, com o constituem e permitem o atravessamento de sentidos outros que não aqueles que intencionou dizer, reduzindo à língua apenas a um veículo de comunicação.

Foucault não reduz a noção de enunciado à sua relação com a língua, e aqui se pode perceber a relação entre este autor e a Linguística, considerando que o filósofo, ao tratar do enunciado e do discurso, não o faz a partir de uma perspectiva linguística, ou seja, o discurso e o enunciado não se reduzem a aspectos de ordem gramaticais, lexicais, etc. O conceito de discurso e de enunciado podem se vincular a questões de língua, mas não se reduzem a isso. Um dos assuntos que interessou aos estudos deste autor foi a questão apriorística, em que ele visava incessantemente a detecção de discursos dados a

priori, percebidos como se sempre tivessem existido, objetivando lançar olhares problematizadores em relação a isso.

A partir da ótica de Foucault, este *a priori* pode ser percebido a partir da análise discursiva das coisas ditas (arquivo) e dos enunciados que o constituem, permitindo o aparecimento de um substrato de saber comum em todas as instâncias científicas. Trabalhar na análise de discursos, para Foucault trata, portanto, de analisar o conjunto de regras que determinam a prática discursiva ou os enunciados do saber na sociedade, em determinados espaços de tempo. Daí o caráter mutável e temporário dos estudos que aqui se propõem a partir do autor.

A partir das relações aqui destacadas procuramos assinalar novos modos de pensar o sujeito, a história e os discursos que constituem o sujeito e revelam as rupturas da história. Então, acentuamos a necessidade de descrevermos a partir de gestos de interpretação que considerem as questões discursivas postuladas por Foucault não a ciência, mas o domínio bem diferente do saber postulado pelos positivistas. Pensar assim é caracterizar o saber a partir de suas relações com figuras epistemológicas e as ciências, o que possibilita interrogar os modos de instituição e regulamentação do saber, até mesmo pensando-o a partir de outros e novos feixes de relações. (FOUCAULT, 2008)

Nos labirintos da significação: inconclusões e reticências

Objetivou-se no presente trabalho contribuir para os estudos discursivos a partir de preâmbulos do pensamento foucaultiano sobre a história dos sistemas de pensamento. A partir da “arqueologia do saber”, surge o termo *epistème*, utilizado por Foucault para designar a rede que permite a organização do pensamento. Assim, de acordo com o autor, cada período histórico teria sua própria *epistème*. Para Thomas Kuhn (1975), a normalização da ciência ocorre quando os cientistas entram em consenso sobre a eficácia de seus trabalhos terem identificado e solucionado problemas científicos. Para este modelo aceito por todos, ele dá o nome de paradigma ou exemplar. Foucault (2008) problematiza esta questão apontando como lacuna desta concepção o fato de que há aqui a dificuldade de responsabilizar-se pelo modo como uma *epistème*

mudou para outra, ou de que modo elas se sobrepõem. A questão, para ele, permanece em aberto.

A história não é constituída de um fio de ocorrências lineares “resgatadas” pelo historiador a partir dos documentos. Nem o sujeito tem domínio total das instâncias produtoras de sentido daquilo que diz. Assim como o sujeito não é origem de seu dizer, conforme discutimos anteriormente, cabe ao analista observar não a novidade naquilo que é dito, mas o novo como sendo o retorno a este dizer, restituindo ao discurso seu caráter de acontecimento. Torna-se necessário, portanto, pensar “o acontecimento, não a criação; as séries, não a unidade; a regularidade, não a originalidade; as condições de possibilidade, não a significação.” (DE NARDI, 2009, p. 72). Dessa forma, ao invés de ir em busca de verdades irrefutáveis ou essências primeiras

Se o genealogista tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica, o que ele aprende? Que atrás das coisas há “algo inteiramente diferente”: não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas. [...] O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate. (FOUCAULT, 1979, p. 17-18)

Referências

ALTHUSSER, L. *Posições- 1*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

AROUX, Sylvain. *Filosofia da linguagem*. Trad.: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2009.

AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.

BAKHTIN, M (VOLOSHINOV) *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1992.

BRAIT, Beth. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: BRAIT, Beth. (org.) *Bakhtin Dialogismo e Construção dos Sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

CIARLINI, Maria Júlia Figueiredo Silva; MONTEIRO, Sílvia Helena de Lima. Epistemologia na História da Civilização: Arqueologia de Foucault. In: BARRETO, José Anchieta Esmeraldo; MOREIRA, Rui Verlaine Oliveira. *Imaginando erro: escritos de Filosofia da Ciência*. Fortaleza: Casa de José de Alencar/Programa Editorial, 1997.

COLLIN, Catherine et al. O livro da psicologia. Trad.: Clara M. Hermeto e Ana Luisa Martins. São Paulo: O Globo, 2012.

COURTINE, J.J. *Decifrar o corpo*: pensar com Foucault. Trad.: Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DARVIN. Charles. *A origem do Homem e a Seleção Sexual*. Trad.: Attílio Cancian e Eduardo Nunes Fonseca. São Paulo: Hemus, 1974.

DESCARTES, René. *Discurso sobre o método*. São Paulo: Hemus, 1972.

DE NARDI, Fabiele Stockmans. Foucault com Pêcheux: entre a estrutura e o acontecimento. In: *Foucault com outros nomes*: lugares de enunciação. GOMES, Daniel de Oliveira; SOUZA, Pedro de. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2009, pp. 67-76.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso*: reflexões introdutórias. São Carlos: Claraluz, 2008.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad.: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2000.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. Trad.: Salma T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, M. *Isso não é um cachimbo*. Trad.: Jorge Colli. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

FOUCAULT, M. *Las redes de poder*. Buenos Aires: Almagesto, 1993.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Trad.: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREUD, S. A história do movimento psicanalítico. In: *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*. v. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 2006. pp. 15-73.

HORROCS, Chris. JEVTIC, Zoran. *Entendendo Foucault*: um guia ilustrado. Trad.: Marcos Marcionilo. São Paulo: Leya, 2013.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. 5ª ed. Trad.: Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Editora da Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KOCH, Ingedore. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2004.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SILVEIRA, Ederson Luís. Pensar com Foucault: *história, sujeito e discurso*. Cadernos Discursivos, Catalão-GO, v. 1 n. 1, p. 38 - 50, 2014. (ISSN 2317-1006 - online).

MACHADO, R. *Foucault, a ciência e o saber*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
PÉPIN. Charles. *Os filósofos no divã: quando Freud encontra Platão, Kant e Sartre*. Trad.: Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Porto Alegre: editora sulina, 2011.

ROCHA, Décio. Perspectiva Foucaultiana. In: BRAIT, Beth; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília. *Texto ou discurso?* São Paulo: Contexto, 2012.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. Trad.: Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

VIEIRA, Antonio Augusto Passos. *As descobertas astronômicas de Galileu Galilei*. 1 ed. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2009.

Recebido em novembro de 2013.

Aceito em abril de 2014.